

Pesquisadora vê LDB omissa com professores

JORNAL DE BRASÍLIA

Rio — O projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que tramita no Congresso, é absolutamente superficial no que diz respeito à formação do professor — um dos pontos mais críticos da Educação no Brasil — e sequer considera a existência de 250 mil professores leigos no País. Desse total de professores sem formação específica, 73 mil estão concentrados na região Nordeste, e são responsáveis pelo ensino de uma parcela significativa de estudantes brasileiros, em sua grande maioria de localidades remotas e carentes.

A crítica partiu da pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da Universidade de São Paulo (USP) Rose Neubauer da Silva, durante palestra sobre a formação dos profissionais de Educação, no Simpósio Nacional sobre a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, realizado esta semana no Hotel Glória, Rio.

O tema da formação profissional suscitou uma rigorosa e implacável auto-critica coletiva de uma platéia de cerca de 400 educadores, no último dia do Simpósio promovido pela Academia Internacional de Educação, Academia Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Educação, Fundação Cesgranrio e Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tanto a pesquisadora Rose Neubauer quanto os debatedores Jorge Ferreira da Silva, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o ex-secretário de Educação da Bahia, Edivaldo Boaventura, arrancaram aplausos do plenário ao atribuir aos educadores a culpa pela má qualidade e inadequada concepção do ensino no Brasil.

Má distribuição

A pesquisadora defendeu a concentração de maiores esforços na formação de professores do primeiro grau de ensino, por constituir um exército de um milhão de profissionais que atendem parcela significativa da população escolar. Ela observou, por exemplo, que do total da clientela escolar do País, 85% estão no primeiro grau, 9% no

segundo grau e 4,5% na escola superior, estatística que comprova uma má distribuição escolar, sobre a qual pesquisas apontam ser a pior de toda a América Latina. "Nossa escola de primeiro grau tem represado nossos alunos, o que significa que não estamos sendo capazes de fazer com que eles fluam pelo sistema educacional", condenou Rose Neubauer.

A pesquisadora paulista vem trabalhando com informações sobre modelos de ensino no Brasil desde o Império, quando a escola normal foi criada, segundo ela, com um currículo que incluía Culinária, Corte e Costura e Francês — para atender a um contingente feminino que desejava dar uma sequência à vida escolar, "e que ajudou a formar excelentes donas-de-casa e mães de família, mas não professores".

Rose Neubauer verificou que, ao longo da história do País, jamais existiu uma política educacional para o magistério de Primeiro Grau "que apontasse que tipo de escola e professor o Brasil quer". Nos anos 30, segundo ela, a discussão sobre em qual instância o professor deveria ser formado — Escola Normal, de Segundo Grau, ou Curso Superior — desviou-se da questão central que é, em sua opinião, "como formar o professor". A decisão de acabar com a Escola Normal para a formação de professores "foi pautada pela constatação de que o magistério tinha baixo nível cultural e intelectual, sem hábito de leitura e pesquisa e pela equivocada expectativa de que a formação superior seria capaz de resolver o problema".

Sem formação

"Estudos mostram hoje que os professores formados saem das escolas sem capacidade para ensinar. Os currículos são enciclopédicos, elitistas e irreais. Uma pesquisa do MEC sobre o rendimento dos alunos correlacionados à formação de professores dá conta de que é muito semelhante o resultado em aprendizagem de crianças formadas por leigos e por profissionais. Isso não quer dizer que os nossos professores leigos sejam bons, mas sim que os nossos professores formados são

uma verdadeira lástima", afirmou a professora da USP.

Rose Neubauer observou ainda que, enquanto o Governo e a sociedade admitem com naturalidade o fato de uma professora leiga dar aulas a uma comunidade em sua própria casa, recebendo pela tarefa um salário de Cr\$ 1.200,00 mensais, não se terá uma educação séria no Brasil. O descaso da sociedade, diz ela, pode ser verificado também em relação aos estágios.

"Dificilmente confiaríamos uma cirurgia a um médico que não tenha cumprido um estágio, mas estamos entregando todas as nossas crianças a pessoas inabilitadas", acrescentou. Rose Neubauer observou em sua palestra que, a partir dos anos 70, começou a ganhar corpo a idéia de que o bom professor era aquele que desenvolvia características pessoais, como a afetividade na relação com o aluno, aliada a uma competência técnica particular. Essa tese não contribuiu muito para o sucesso do processo de aprendizagem e já nos anos 80 cresceu a percepção da realidade sócio-econômico como um fator determinante do exercício do magistério.

A verdade é que ainda hoje o professor atribuiu seu fracasso à vítima. Sua visão é pautada por padrões morais rígidos e preconceituosos: o aluno não aprende porque tem um péssimo ambiente familiar, dificuldades psicológicas, é sujo, desobediente, mal-educado e faltante. Fizemos uma pesquisa e verificamos que o professor aponta como seu principal problema o salário e, em seguida, o aluno. O aluno é então visto como um problema, garante.

A própria prática adversa do magistério faz com que hoje 600 mil professores formados não exerçam a profissão, informa a pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. Ela acusa o Estado e a sociedade de não se interessarem pela educação e afirma que o País não avançará neste terreno enquanto não forem traçadas diretrizes consistentes de longo prazo, com as quais Governo e sociedade estejam efetivamente comprometidos.